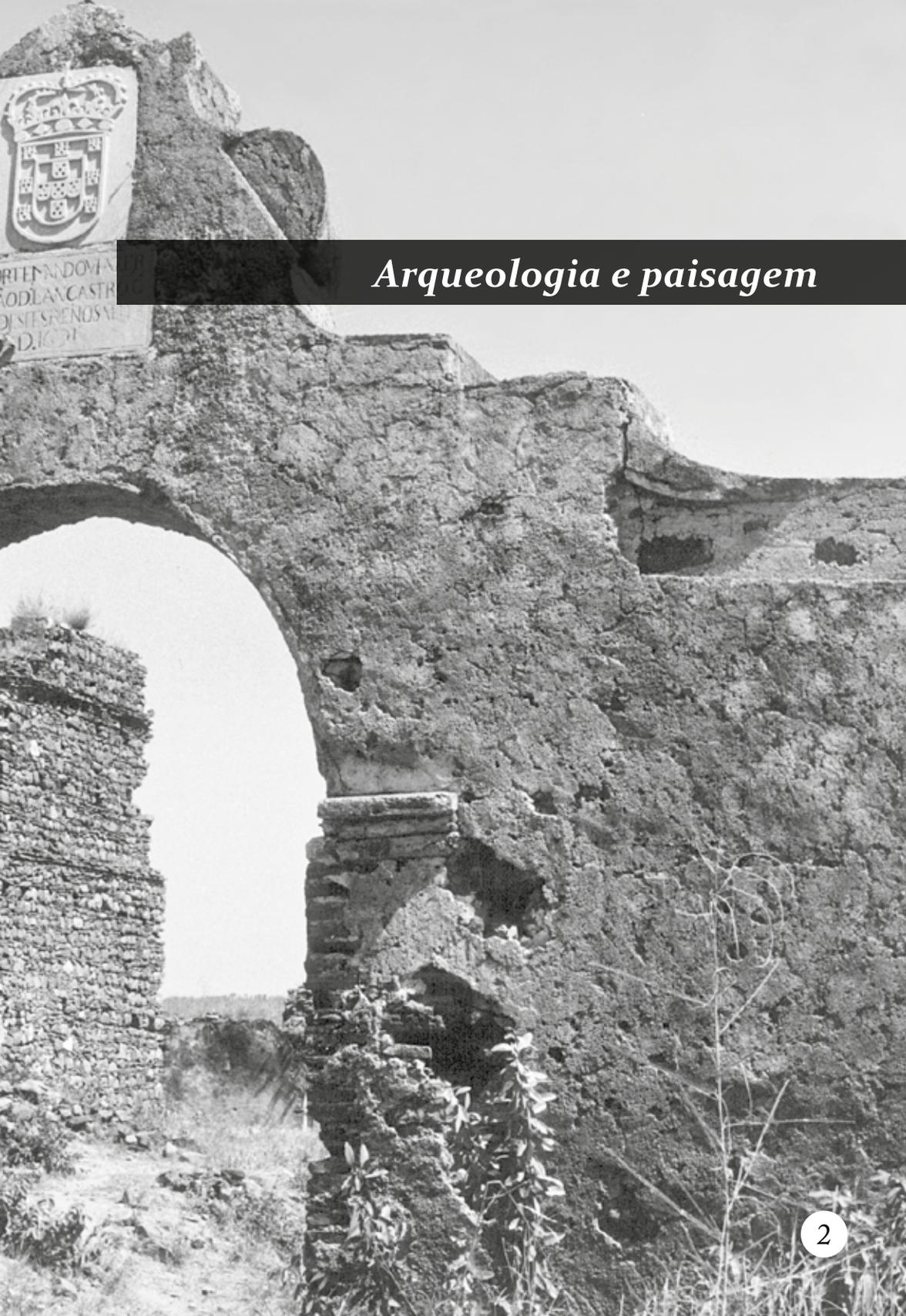
A black and white photograph of an archaeologist standing at an excavation site. The archaeologist is wearing a bucket hat, a striped t-shirt, and a high-visibility vest. They are holding a tripod-mounted camera. A white string is stretched across the site, and a small white marker is visible on the ground. The background shows a large, textured earthen wall or structure.

*Arqueologia em Angola:  
retrospectiva e perspectivas*





## *Arqueologia e paisagem*



# Arqueologia da paisagem em Angola: das materialidades às dinâmicas territoriais

Luiz Oosterbeek\*

p. 17-28

*E é, afinal, da Universidade angolana que poderão, cremos, vir a sair os núcleos de pesquisadores capazes de cobrir o vasto território deste, em breve, novo país, protegendo e estudando os seus vestígios pré-históricos, e de formar no futuro um organismo que congregue os seus esforços.*

V. O. Jorge (1974)

As palavras de Vítor O. Jorge com que abrimos este texto, escritas há quase 40 anos, foram plenamente confirmadas pela história subsequente. A guerra quase ininterrupta ao longo de décadas atrasou a possibilidade de plena comprovação das mesmas, mas os anos recentes, e a velocidade a que Angola e as suas universidades se reorganizam, abrem um quadro de grande expectativa. Angola emergiu já como potência regional, com responsabilidades crescentes no quadro geoestratégico do planeta, e em particular da África Austral, e a construção de programas cientificamente rigorosos no domínio do estudo do seu passado será parte crucial para que a sua coesão se possa reforçar.

Quando pensamos na pesquisa arqueológica em Angola, e na África Austral, partimos precisamente deste quadro de referência, conscientes também de que as dificuldades actuais (em recursos técnicos, financeiros e, sobretudo, humanos) podem ser rapidamente superadas, como o foram noutros países (como Portugal ou o Brasil).

O Instituto Terra e Memória (com apoio do Instituto Politécnico de Tomar, do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra e de uma rede académica que envolve universidades da Europa, de África e do Brasil) criou uma linha de investigação sobre a África Ocidental, que tem três eixos fundamentais: as origens do povoamento humano no ocidente africano (trabalho desenvolvido sobretudo com colegas no Senegal, mas que se pretende alargar a Angola), a arte rupestre no seu contexto territorial (com expressivo trabalho em Angola, mas também na Namíbia, além de países africanos fora do eixo atlântico, como a Etiópia ou a Tanzânia), a diáspora africana gerada a partir da colonização (projecto por ora centrado no estudo de comunidades quilombolas no Brasil (Santos, Reis e Oosterbeek, 2011); (Oosterbeek e Reis, 2012) e a valorização patrimonial num quadro de gestão integrada do território, que potencie os benefícios sociais da pesquisa, nos domínios do conhecimento

---

\* Instituto Politécnico de Tomar – Instituto Terra e Memória.

socializado, da equidade e da governança (com projectos em curso em Angola e na Namíbia). Globalmente, estes projectos permitem uma aproximação às dinâmicas humanas nas margens e através do Atlântico, bem como um cruzamento de dados procedentes da análise de recursos (materiais) e das estratégias humanas culturalmente informadas (sendo esse o eixo quer do Mestrado IPT-UTAD em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, quer do Doutoramento UTAD em Quaternário, materiais e culturas, que o ITM apoia a partir de Maçãõ).

## Os territórios

Na pesquisa em Angola partimos dos trabalhos desenvolvidos na segunda metade do século XX, em grande medida consubstanciados na obra de Carlos Ervedosa sobre a Arqueologia Angolana (1980). Este ponto de partida requer, obviamente, uma análise crítica, que nos permite reconhecer duas grandes linhas de pensamento, à luz das quais se devem ler as diferentes publicações: uma abordagem continental e naturalista, que organiza a informação em grandes regiões ecológicas; e uma abordagem nacional/colonial e geomorfológica, que organiza a informação em regiões angolanas.

Influenciada pela contribuição decisiva de Desmond Clark (1966, 1973), a pré-história de Angola do último terço do século XX foi dominada por uma abordagem eminentemente antropológica e ecológica, contrariamente à matriz dominante na Europa continental. O território de Angola foi estruturado por três grandes unidades territoriais: o Norte, da bacia do Congo ao norte do Kwanza; as bacias do Zambeze, do Cuando e do Cubango; e a região Sudoeste que se prolonga até à Namíbia (Breuil e Almeida, 1964; Jorge, 1974; Ramos, 1982). Esta abordagem de Angola sistematizou uma visão tripartida de:

- planaltos de elevação média, recobertos por areias eólicas e rasgados pelas depressões de rios secos e torrenciais, densamente florestadas (os muxitos), do Cassai a Leste e do Cuango a oeste, onde ocorrem terraços quaternários;
- planaltos médios cortados por vales baixos recobertos por savana e matas tropicais secas;
- relevos aplanados em direcção ao litoral, recobertos por savana, ocasionais florestas abertas e vegetação de restinga, por vezes desértica ou sub-desértica, e onde ocorrem terraços marinhos.

Esta visão ecológica da arqueologia está presente na grande maioria dos trabalhos arqueológicos posteriores a 1965, cruzando-se também com o estudo etnográfico (Estermann, 1983). É também pela descrição do território que começa o monumental trabalho de Carlos Ervedosa (1980), ainda que este prefira a geomorfologia à classificação por unidades de paisagem, nisto seguindo Mariano Feio: litoral, planaltos médios do interior e relevo modulado em degraus abruptos entre ambos (na verdade uma classificação mais focada na diversidade intra-angolana, enquanto que a proposta de Clark parte de um mapeamento africano). Mais de trinta anos depois, é ainda este o principal trabalho de referência para a arqueologia em Angola, devido ao rigor exaustivo com que, à época, foi elaborado.

Angola apresenta-se, assim, como uma charneira entre a faixa equatorial de densa floresta a Norte e a faixa tropical seca de estepe do Botswana; é dominada por um clima

tropical húmido com savana, mas incorpora todas as grandes unidades ambientais de África, incluindo os desertos. Estruturalmente apresenta uma discordância de orientação entre as grandes cadeias montanhosas ocidentais, de orientação NE/SW (que segregam o litoral do interior e funcionam como uma barreira ecológica de florestas tropicais influenciadas pela humidade gerada no contacto da corrente fria de Benguela com as águas quentes do golfo da Guiné (Pinto, 2008), e uma rede hidrográfica predominantemente orientada para WNW e para SE, o que certamente influi nos itinerários de mobilidade das comunidades humanas, associando a região do Zambeze à África do Sudeste e ao vale do Rift.

Um programa de caracterização sistemática da arqueologia angolana deve partir desta diversidade geomorfológica e ambiental, construindo uma metodologia de amostragem representativa, que tome em conta o peso relativo destas três principais unidades, mas também as especificidades como o planalto do Huambo, as faixas granitóides, os núcleos de concentração de matérias-primas metálicas, etc.

É neste quadro que forem sendo registados diversos vestígios materiais que se agrupam em três grandes conjuntos: ocupações Pleistocénicas a Norte e a Sudoeste (sendo ainda pouco compreendidos os eixos de expansão a partir do Sul do continente ou, eventualmente, para Oeste a partir do rift (Gutierrez e Guérin et alias, 2010); ocupações atribuídas genericamente à Idade do Ferro, correspondentes a sociedades metalurgistas complexas que viriam a protagonizar o contacto com os europeus; vestígios mais escassos e discutíveis de sociedades agro-pastoris não metalurgistas, não sendo a claro a que se deve tal escassez ou mesmo ausência total (a riqueza do bioma que sustentou até muito tarde as sociedades de caçadores-recolectores, ou também a pobreza estrutural dos solos ferralíticos para o cultivo com tecnologias pré-históricas?).

Este é, contudo, um retrato não apenas muito sumário mas extremamente insuficiente face à extensão e diversidade de Angola, e à sua posição chave para a compreensão dos grandes processos de adaptação e migração dos grupos humanos desde o Pleistocénico. Tal como tem vindo a ser defendido pelo Ministério da Cultura e pelas entidades com responsabilidades directas neste processo (o Museu Nacional de Arqueologia e o Instituto Nacional do Património Cultural), o inventário nacional, um trabalho de prospecção sistemática é, por isso, urgente.

## Metodologia

Pensamos que, aproveitando experiências noutros países, é de facto necessário criar um quadro orgânico e metodológico que permita combinar a amplitude territorial com o rigor do registo e a rapidez necessária. Uma tal estratégia deve ser clara nas prioridades, optando por um Inventário georreferenciado com cartografia a diferentes escalas (articuladas num sistema de informação geográfica), apoiado num grande rigor terminológico e conceptual (uniformização do léxico) que se organize em fichas e relatórios normalizados (com uma estrutura de base simplificada, acessível a não arqueólogos ainda que por estes coordenada) e que se inscreva num processo com recurso a ampla participação.

Não é possível reconstruir uma visão da arqueologia de Angola sem modificar as suas bases materiais, ou seja, sem um programa sistemático de prospecção e cartografia, articulado com os desenvolvimentos teórico-metodológicos dos últimos 30 anos.

Os vectores principais de um tal programa são: rigor, clarificação da precisão diferenciada dos territórios prospectados, relatórios normalizados e articulados numa base de dados georreferenciada, com clarificação das fontes e metodologias específicas utilizadas em cada caso (Howard, 2007). A base de dados deverá ser flexível, com capacidade para adição de campos novos, mas ao mesmo tempo deve ser de preenchimento fácil nos descritores fundamentais, pois só dessa forma poderá ser construída de forma participada. E recorrer a uma metodologia participativa, consentida pela tecnologia contemporânea, é a única forma de construir um novo quadro de referência num prazo relativamente curto. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se reforçam os recursos das grandes instituições já existentes (como o Museu Nacional de Arqueologia), uma cobertura territorial que corresponda à agenda integradora e mobilizadora do País implicará o estabelecimento de unidades museológicas (com investigação e valorização patrimonial) em todas as províncias, evitando assimetrias profundas na construção de um *corpus* de vestígios, o que seria nefasto não apenas para a pesquisa mas também para a coesão nacional. Unidades dispersas por todo o território, dotadas de conjuntos básicos de equipamentos, têm um custo muito reduzido, fácil de assegurar. Um tal conjunto incluiria equipamentos de prospecção, cartografia e computação, para além de um núcleo bibliográfico e cartográfico sólido, informatizado e disponível para as diferentes equipas. Com a dinâmica científica que Angola está a assumir, que já se evidencia em certos sectores como a energia e o ambiente, uma arqueologia rigorosa e científica não terá dificuldade técnica para se articular em todas as províncias, ao mesmo tempo que certos projectos de maior dimensão podem servir como exemplos de referência com um maior grau de exigência e de recursos (como nos casos dos projectos de valorização patrimonial global que o governo já assumiu em contextos como M'Banza Congo ou Tchitundo-Hulo, ou outros de grande relevância patrimonial e científica que também já iniciou, como em torno da arte rupestre do Ebo).

O desenvolvimento desta metodologia pressupõe a reunião de recursos técnicos (equipamentos de prospecção, cartografia e computação, para além de um núcleo bibliográfico e cartográfico sólido, informatizado e disponível para as diferentes equipas) e a formação de recursos humanos em dois níveis: um corpo técnico de pelo menos duas dezenas de pessoas, formadas de forma centralizada, que poderão coordenar 10 equipas de terreno; um corpo auxiliar de 10 pessoas em cada equipa, que deverão ser formadas, e preferencialmente recrutadas, localmente. A prospecção sistemática aparenta ser uma tarefa gigantesca, mas na verdade se for disciplinada e programada, produz resultados rápidos e de rigor crescente (o que, em cartografia, significa com detalhe crescente). Como refere Clive Orton (2000, p. 1): *“Um projecto, seja regional ou à escala de um sítio, será baseado na estratégia de amostragem, uma orientação da pesquisa poderá especificar que unidades devem ser amostradas, e as amostras de diversos tipos serão recolhidas”*, mas há amostras de diferentes naturezas e escalas, e é a definição de uma estratégia de amostragem que permite avançar de forma rigorosa na investigação. Estratégia que, partindo do estágio actual dos conhecimentos (arqueológicos e fisiográficos) e da definição de objectivos claros (globais, temáticos, regionais e locais), permita eleger os universos de amostragem, as escalas de trabalho, as metodologias relevantes e, finalmente, a recolha e processamento de dados.

Uma tal estratégia, organizada com uma expansão por enxameamento, permitiria obter uma primeira avaliação estratégica do país em 24 meses (partindo do estágio actual dos conhecimentos arqueológicos e fisiográficos, compulsando a informação bibliográfica e

documental e realizando uma primeira prospecção por amostragem). Essa avaliação, por sua vez, poderia ser uma base sólida para uma definição de claros objectivos não apenas globais, mas temáticos, regionais e locais, com definição concomitante dos universos de amostragem, das escalas de trabalho e das metodologias relevantes. Desta forma, a recolha e processamento de dados começaria por uma malha ampla de macro-caracterização, com alguns projectos de pormenor em territórios específicos, como os acima referidos, mas também com um foco nos contextos urgentes de pressão antrópica (cidades, vias de comunicação, ), racionalizando prioridades. No máximo em cinco anos seria possível dotar o país de um cadastro arqueológico nacional actualizado e útil para a pesquisa e para a organização e gestão do território.

A componente de formação é, neste domínio, essencial. Angola tem hoje alguns investigadores altamente qualificados, e precisará de ampliar o número de quadros técnicos superiores, especialmente com formação nos domínios técnicos da arqueologia: prospecção e detecção remota; formação e modificação de depósitos naturais e antrópicos, incluindo tafonomia; técnicas de escavação em distintos contextos geomorfológicos e crono-culturais, do paleolítico ou arte rupestre aos contextos urbanos ou sub-aquáticos; técnicas de registo gráfico, fotográfico e digital; técnicas de conservação *in situ* e em laboratório (Ellis, 2000). A formação de mais arqueólogos, ao nível de Mestrado e Doutoramento, irá permitir alargar o número de equipas a trabalhar no terreno, e que deverão continuar a integrar especialistas de diversas áreas ao nível de licenciatura (história, geologia, biologia, geografia, antropologia, evitando o erro corporativo que alguns países – como Portugal – cometeram, de formar ao nível de licenciatura pouco mais do que operários qualificados de arqueologia, com saberes técnicos mas sem amplitude cultural e estratégica). Uma forte articulação entre as tutelas da cultura, do ambiente e do ensino superior, envolvendo a rede de ensino (nos seus diferentes níveis) em redes internacionais, potenciará o crescimento de massa crítica não apenas em arqueologia, de forma isolada, mas no campo da cultura tal como ela se projecta no século XXI: numa relação umbilical com a sustentabilidade.

Este programa de formação não poderá apenas contar com a parceria das universidades e escolas estrangeiras, mas será necessário que se desenvolvam cursos de especialização neste domínio no seio das faculdades de ciências humanas e sociais das universidades públicas e privadas nacionais. Isso exige a construção interna de uma parceria entre o Ministério do Ensino Superior e o Ministério da Cultura, na sua qualidade de gestor de sítios arqueológicos de Angola. Paralelamente, Angola irá certamente definir um programa de prioridades no domínio dos investimentos em técnicas analíticas, da caracterização de matérias-primas aos métodos de datação, da bio-arqueologia à geo-arqueologia.

No mundo global, e sobretudo atendendo à dimensão e consolidação de Angola como grande potência africana, é provável que venha a assumir um lugar de importância crescente nas redes continentais e internacionais de pesquisa. É por isso desejável que venha a definir as suas prioridades nesse contexto global, e certamente que os pesquisadores organizados no âmbito de estruturas como o Congresso Pan-Africano de Arqueologia ou a UISPP não deixarão de apoiar os esforços de Angola.

Importa prosseguir o esforço que as autoridades angolanas têm desenvolvido, no sentido de combinar uma malha ampla de macro-caracterização, com projectos de pormenor em territórios específicos, como Tchitundo-Hulo, Ebo ou Mbanza-Congo. E importa equilibrar o investimento no território global (sem o qual não se poderão compreender as dinâmicas humanas nos micro-territórios), o investimento nos locais de maior pressão antrópica

actual (as cidades e os eixos das novas infra-estruturas do país) e o estudo monográfico de contextos de maior relevância nacional e mundial, como os citados.

Por outro lado, a arqueologia actual orienta-se em sentidos diversos do que marcou as últimas três décadas. Uma maior exigência social em relação aos resultados culturais e históricos da pesquisa, e um balanço contraditório em relação aos frutos da chamada “arqueologia pública”, tem levado a uma crise crescente desta em prol de um aprofundamento da natureza cultural e científica dos trabalhos. Ou seja, menos atenção à lógica de minimização de impactes e maior foco na identificação de problemáticas relevantes em termos históricos e de gestão territorial.

Deste ponto de vista, a arqueologia é o campo de trabalho de eleição para a reconstrução de paleo-paisagens antrópicas e, desse modo, oferece um contributo inestimável para a sociedade contemporânea. Não apenas permite pensar outras realidades e dinâmicas no “mesmo” território (o que consente uma didáctica do tempo e das transformações diacrónicas), como fornece os meios para pensar os territórios actuais com uma outra grelha de análise, menos emocional e mais vinculada às dinâmicas que emergem das tradições culturais por um lado e dos constrangimentos materiais por outro. Essa didáctica é, sem dúvida, de grande importância num mundo em acelerada transformação e mergulhado num ciclo global de redução do crescimento mundial.

Com efeito, são as paisagens culturais o palco das dinâmicas socio-económicas, e a recomposição geo-estratégica do planeta, na qual Angola ocupa uma importante posição, é antes de mais marcada pela reconfiguração cultural das paisagens. A contribuição da arqueologia (Fairclough e Rippon et al., 2002) para esta transformação passa pela consciencialização do lugar das materialidades na configuração das paisagens, mas também pela sugestão de prioridades e mecanismos do seu estudo e preservação, bem como de valorização dessas materialidades (como é o caso do sistema HERITY de acreditação da gestão de qualidade, endossado por organizações como a UNESCO, o ICCROM ou a WTO).

É seguro que o continente africano avançará na construção de instrumentos comuns de estratégia, equivalentes à *Convenção Europeia das Paisagens* ou à *Perspectiva Europeia de Desenvolvimento Espacial*, naturalmente no quadro das suas próprias tradições, necessidades e prioridades. A arqueologia tem um contributo a dar nesse contexto, orientado para um crescimento económico incorporado num desenvolvimento sustentável e integrado. Trata-se de, com a arqueologia, pensar outras realidades e dinâmicas no “mesmo” território, ou de pensar os territórios actuais com uma outra grelha de análise, abrindo futuros com base num conhecimento mais rigoroso e socialmente partilhado de estratégias passadas de adaptação. É por isso, também, que é correcta a relação umbilical que em Angola já se estabeleceu entre as dimensões patrimonial e científica da arqueologia.

## Dinâmicas territoriais: um exemplo

O Ebo é um extenso vale elevado (peneplanície) situado na província de Kwanza Sul, disposto *grosso modo* no sentido N/S, entre duas cadeias de maciços granitóides (Domenech González e Francisco, 1982). O vale estrutura-se a partir da crista escarpada de Amboim-Seles, a Norte, e oscila entre os 1000 e os 1500 metros de altitude. Constitui uma planície de aluvião, rodeada de maciços granitóides de contornos suaves e preenchida por ocasionais inselbergs, correspondentes a afloramentos do mesmo sistema granítico. Os maciços

laterais dispõem-se predominantemente na direcção NW/SE, e o vale é percorrido pelo rio Queve e preenchido com solos vermelhos ferruginosos. Apresenta uma predominância de clima tropical húmido e de savanas com solos ferralíticos, paraferalíticos e áridos tropicais, atingindo uma temperatura média de 20° entre Setembro a Maio na estação das chuvas, e frio nos meses de Junho a Agosto. O clima modifica-se na estação seca do Cacimbo, a temperatura média desce abaixo dos 18°, ou ainda menos, com amplitudes térmicas diárias acentuadas. A humidade relativa média anual é superior a 30% e a pluviosidade elevada por influência da altitude nesta zona de planalto. As populações das aldeias locais exprimem-se em língua Angóia (tronco linguístico do Quimundo).

Conhecido desde o início da década de 1970, o vale do Ebo nunca mereceu estudos sistemáticos, que pretendemos agora iniciar (Martins, 2008, 2011; Martins e Oosterbeek, 2013; Oosterbeek, 2011; Oosterbeek, Martins e Domingos, 2012). Foi, no entanto, visitado por diversos arqueólogos, como Carlos Ervedosa, Santos Júnior ou Fernando Batalha. Ervedosa (1980, pp. 274-281) noticiou a existência de 5 abrigos: 2 abrigos em Quingumba (3 Km a sul do Ebo), um na Cumbira (a NW do Ebo), um na Delambira (o principal, a N do Ebo) e um no Caiombo (a NE do Ebo). Existem, no entanto, pelo menos 14 abrigos e uma rocha insculturada. Os locais, em função da escória, foram interpretados como oficinas de fundição dos bantos, mas na verdade testemunham ocupações com uma grande longevidade. Todo o conjunto constitui com efeito uma complexa paisagem cultural, em que ocorrem pinturas, gravuras (pelo menos um importante afloramento com covinhas e um círculo gravado no abrigo da Cumbira), terrenos de cultivo e diversas estruturas sepulcrais (cemitérios e sepulturas de sobas, estas últimas dispersas pelos morros, e estruturadas como pequenos monumentos em falsa cúpula).

O grande afloramento com covinhas (Pedra do Matato), situado na estrada de acesso ao Ebo (dista três quilómetros da sede municipal entre os bairros de Cumbira e Dongo), ocupa com efeito o caminho tradicional de acesso à grande planície, e possui por isso uma centralidade estratégica.

Toda a paisagem se estrutura actualmente em dois planos simbólicos. O primeiro, actual, lê as manifestações patrimoniais em função de uma grelha vinculada à história recente (a estruturação do território vinculada à soberania da Rainha Ginga, que teria sido “Ngola” dos reinos do Sudoeste Africano no século XVII). Neste plano, todas as pinturas são “lidas” como registos de episódios de contacto com os europeus, ou de relações entre segmentos sociais da comunidade, numa época não muito recuada. Assim, por exemplo, a *Pedra do Matato* seria o local de onde proviriam gritos ouvidos pelos “mais velhos”, e as pinturas de *Cumbira* ilustrariam, por exemplo, cenas de transporte em padiolas. O segundo nível, que remete para períodos mais recuados, é indiciado pela toponímia antiga e esbarra, na descrição dos actuais habitantes, com a confissão de ignorância sobre o seu significado.

A *Pedra do Matato* (“do grito”) é um ocal com covinhas, que marca o acesso ao Ebo, e onde se situa o memorial da batalha do Ebo (local onde se travou a 23 de Novembro 1975 fortes combates contra a invasão Sul Africana). O local é um grande afloramento granítico, de tipo inselberg, cuja antiga designação era “Pedroa do londa” (ou local onde se enterrava o Soba). Porém, o inselberg do Matato é um dos raros afloramentos em que não ocorrem estruturas sepulcrais visíveis, mas em que inversamente se identificaram grandes painéis de covinhas. Possivelmente, situado junto ao caminho tradicional de atravessamento da planície do Ebo, o afloramento terá funcionado como *axis mundi* das comunidades, vinculando-se aos ancestrais através da memória mítica dos sobas já mortos. A relação

que num relato local interpretativo da arte rupestre se estabelece entre Caio, o pastor que vem oferecer um boi, e os “velhos” que se situam nas montanhas, não deixa de nos evocar a relação entre a vida quotidiana no vale, e a importância simbólica dos pontos altos, onde se encontram as sepulturas megalíticas dos sobas e as pinturas rupestres.

Orientado N 240° (ou W 30° S / E 60° N), o abrigo da Cumbira ou *Bototo* (esconderijo) recebe o topónimo recente de Cumbira (localidade não muito distante no Kuanza Sul), mas num passado não muito distante era designado por Bototo, topónimo que segundo o Senhor Prazeres (habitante local, que nos acolheu e orientou) decorre de ter sido utilizado como abrigo para esconder crianças quando elas corriam perigo de rapto. O abrigo tem duas entradas, o que permitiria a fuga pela outra vertente do monte. Num passado mais antigo a área montanhosa recebia distintos nomes (Nhanzaqueto, Quibungo, ), mas o local específico do abrigo era designado por Muluolumbi, ou “Morro de Olumbi”. Não existe memória sobre o seu significado. Também teria tido, com a chegada de fazendeiros portugueses provenientes de Porto Amboim (ocupado a 19 de Agosto de 1915 sob portaria 701), a designação de Morro do Cunzo (designação ainda conhecida localmente).

Claramente visível a partir do caminho que conduz à Pedra do Matato, a memória do abrigo reconhece distintas fases (“Moluolumbi”, depois “Morro do Cunzo”, depois “Bototo”, finalmente “Cumbira”, retomando neste caso a denominação da aldeia subjacente). O abrigo encerra pinturas com pelo menos quatro níveis de sobreposição. Pinturas zoomórficas a negro (carvão?), em que se reconhecem palancas, correspondem ao primeiro momento. Estas são recobertas por pinturas brancas em que interagem antropomorfos e zoomorfos, ensaiando cenas de caça, pesca e transporte. Num painel situado mais à direita ocorrem antropozoomorfos (antropomorfos com cauda ou falo proeminente) pintados a branco, a que se seguem, no mesmo sentido, zoomorfos esquemáticos (possível elefante, ou tapir). Um painel anda mais à direita representa um antropomorfo com aplicações na cabeça, em posição dançante, e rodeado de representações esquemáticas, algumas faliformes. No segundo painel, na parte inferior, identificam-se pinturas mais recentes, que representam zoomorfos e círculos. Na entrada foi identificado um círculo gravado, e à superfície foram identificados fragmentos de cerâmicas (lisas e impressas) e um fragmento de mó manual. As pinturas de zoomorfos a negro são, seguramente, as mais antigas, e corresponderão a caçadores, o que converge com observações de Manuel Gutierrez (2009) no Namibe. As restantes pinturas remetem para sociedades de caçadores e pastores, provavelmente da Idade do Ferro. Os adornos na cabeça, e o espesso pescoço do antropomorfo dançante lembram as decorações de cabeças de soba em bronze do Benim (os habitantes do Benim eram os “Édo”).

As grutas de *Caiombo* ou *Caiauté* (“que não mente”) ficam situadas a WNW da Pedra do Matato, no extremo oposto do Vale. Trata-se de duas exsurgências geminadas, que se inscrevem num afloramento granítico, oferecendo a aparência de “olhos” que miram o vale. Na sua frente é visível um inselberg onde, segundo o Senhor Prazeres, há pinturas que, contudo, ele nunca viu. No acesso são visíveis alinhamentos esbranquiçados, produto da exposição de um veio de quartzo.

As grutas estão abertas numa vertente orientada, *grosso modo*, E/W. Na cavidade W (à direita para quem acede às formações a partir do vale), verificam-se manchas avermelhadas/ocre na base, sobre as quais se identificam antropomorfos dançantes com grande falo e armas ou instrumentos musicais na mão que recobrem pinturas geométricas a branco e por sua vez são cobertos por pinturas a branco representando uma possível cena de dança. Nesta última, um dos antropomorfos parece estar a segurar uma espingarda, embora a associação entre esta

pintura e as demais não seja clara (poderá corresponder a um momento distinto). Na base da cena de eventual dança, pinturas a branco representam antropomorfos deitados (mortos?). Na cavidade E (à direita para quem acede às formações a partir do vale), são ainda visíveis pinturas amareladas (ocre?) muito afectadas pela circulação de águas, mas onde se pode reconhecer um grande antropozoomorfo, com cerca de 1 metro, com um falo grande (que lhe confere o aspecto de antropro-zoomorfo) e cujos membros parecem terminar na forma de cabeças de animal. A composição geral é similar à das outras representações que podemos identificar como possível dança: figura central representada de frente ou a três quartos e pequenas figuras em redor. Esta grande figura é recoberta por pinturas geométricas a branco, mas também por pequenos antropomorfos pintados, quase filiformes.

Estilisticamente, as pinturas do Caiombo e da Cumbira são distintas, ainda que a iconografia seja em parte convergente. O complexo deve ser entendido, no entanto, como um território estruturado, pontuado por manifestações antrópicas (as sepulturas de sobas de tipo megalítico, a arte rupestre). Na arte rupestre reconhecem-se três unidades descritivas: a arte mais antiga, de caçadores, que representa os animais e remete directamente para descrições de paisagens; a arte dos primeiros metalurgistas, que inscreve, em diversos conjuntos pictóricos, narrativas de mitos, prováveis mnemónicas de conhecimentos estruturantes das identidades; a arte do período do contacto, constituída por cenas onde pontuam elementos ocidentais. Se a arte mais antiga ilustra o conceito de “paisagem na arte rupestre”, já a arte dos metalurgistas remete essencialmente para o conhecimento dos mitos fundadores (identidade) e a arte do contacto é centrada nas interacções com grupos humanos distintos.

Com efeito, no Ebo foram reconhecidos quatro níveis de pinturas, estando o estudo iniciado por Cristina Martins (2008) próximo da sua conclusão, que certamente nos trará um conhecimento muito mais detalhado. O nível mais antigo é caracterizado por figuras a negro de grandes unglados, que se representa a partir de um olhar predominantemente horizontal sobre um território em que o movimento é essencialmente transcendente à vontade humana: impalas e outros animais/presas (numa composição que se distingue bem das representações dominantes noutros contextos angolanos, como no Namibe (Gutierrez, 2009). Esta arte de caçadores dá lugar, a partir do segundo nível de pinturas, a representações que têm no centro a figura humana, e se centram nos seus próprios rituais (para terminar com sobreposições de cenas já em contexto de contacto com os portugueses – estas últimas possivelmente associáveis a algumas das lendas ainda vivas na região), embora ocorram motivos entópticos (Lewis-Williams, 2003) e subsistam representações de fauna em registos de interacção com humanos, o que evidencia estreitas relações simbióticas (Evans-Pritchard, 2007). A paisagem exterior está ausente destas representações, que ilustram a vida das comunidades e as suas cosmovisões, traduzindo um domínio territorial absoluto e uma realidade social clara: as tensões e dinâmicas não se estruturam na relação com o bioma e sim com outros grupos humanos.

## Arqueologia e gestão do território

É sobre esta matriz que o território consolida as relações sociais na sincronia e ilustra a diversidade na diacronia. Por isso, programas de preservação e gestão do património arqueológico irão, progressivamente, cruzar-se com programas de gestão territorial

(Oosterbeek, 2007). O Ebo fica próximo do cruzamento de duas das principais vias de comunicação rodoviária em Angola, e estará por isso no centro de processos muito dinâmicos que irão alterar o seu quotidiano.

A construção do Património Cultural é um produto a dois tempos: obra da academia e do rigor de tipo científico, ela é, também, consagração de dinâmicas sociais. É por isso que Património Cultural remete para apropriação mais do que para conhecimento, e é também esta a razão pela qual o ensino académico do Património Cultural na ignorância da economia é estultícia.

Percorrem o património dois eixos. Um é o dos direitos sociais a apropriações distintas e até contraditórias, que radica nas dinâmicas sócio-culturais. O outro é o lugar das narrativas na vertente das ciências “duras” e naturais. Um exemplo das tensões que daqui emergem é a confusão entre os factores de crescimento económico/financeiro (PIB e cultura de consumo) e os factores de crescimento de património (posse e conhecimento tangível, “aplicado” na concepção positivista).

Na verdade, só uma estratégia global, integrada, permite uma eficaz intervenção na esfera do património (Scheunemann e Oosterbeek, 2012). É por isso que quando os governos legislam em prol de uma protecção conservativa do património isso é largamente ignorado pela sociedade. Sempre com a consciência de que o Património Cultural tem uma dupla raiz, o caminho, mais do que judicial, irá ser o de reforçar o peso institucional das associações informais de grupos de cidadãos, e o de inscrever a gestão patrimonial em estratégias globais de gestão territorial e sua governança.

Num ciclo de crise sistémica global, todas as atenções se tendem a concentrar em apenas um dos seus vectores: ora o financeiro, ora o social, ora o ambiental, algumas vezes o económico, raras vezes o cultural. E todas essas atenções se vão deslocando de um para outro à medida em que se desiludem e constataam que não há soluções sectoriais.

A Gestão Integrada do Território supera estereis debates sobre as opções entre crescimento e desenvolvimento e constrói um quadro de discussão em que a didáctica dos dilemas é o elemento nuclear, para a elevação das competências críticas dos indivíduos, para que estes possam decidir sobre nosso futuro colectivo. Neste processo, mais do que ambiente ou cultura é a palavra território que se tornará nuclear, e num futuro que se apresenta incerto e inseguro, a concorrência entre territórios e a sua possível certificação serão certamente realidades. O lugar do património estará aí, e se não cuidarmos dele nesta hora de aperto descobriremos que perdemos um activo territorial fundamental, quando o crescimento económico for retomado. Quem se preparar para essa hora, por seu lado, terá todas as condições para oferecer um contributo útil à reorganização global do País e do espaço económico, social e cultural em que se integra.

Neste sentido, é fundamental que a Cultura mantenha a atenção sobre os seus focos tradicionais (as artes e o património), mas voltando a ligá-los à economia e à dinâmica social. A sociedade precisa de reencontrar um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos de que dispõe e é capaz de gerar. Não será capaz de o fazer por mera importação de modelos, porque a economia é hoje global e é pela diferenciação, pela especialidade, que cada região ou país se pode afirmar. E essa diferenciação é cultural.

A cultura é a forma específica de satisfazer as necessidades de cada povo. A economia, a sociedade, o ambiente e as culturas cruzam-se, fundem-se, no território. As palavras-chave para o crescimento sustentável são território e cultura. A cultura isolada é uma curiosidade não sustentável. O território isolado é uma massa informe e sem diferenciação.

São as paisagens culturais o palco das dinâmicas socioeconómicas, e a recomposição geoestratégica do planeta, na qual Angola ocupa uma importante posição, é antes de mais marcada pela reconfiguração cultural dessas paisagens.

## Agradecimentos

O autor agradece os apoios concedidos ao projecto de investigação no Ebo, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (através do contrato PTDC/HIS-ARQ/103187/2008), pelo Instituto Nacional do Património Cultural de Angola (enquadrando e autorizando os trabalhos) e pelo Museu Nacional de Arqueologia de Angola (com o qual todos os trabalhos de investigação são operacionalizados). Só a construção a partir de Angola de uma equipa muito ampla tem permitido que os trabalhos iniciados se aprofundem e tenham continuidade, integrando, para além das entidades angolanas referidas, o Instituto Politécnico de Tomar, o Instituto Terra e Memória, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Instituto de Investigação Científica Tropical e a Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne.

## Referências bibliográficas

- Breuil, H., Almeida, A. (1964), *Introdução à Pré-história de Angola*, Lisboa: Memórias da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. II Série, 50.
- Clark, D. (1966), The distribution of prehistoric culture in Angola. In *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda*, Lisboa: Diamang.
- \_\_\_\_\_. D. (1973), *Pré-história da África*, Lisboa: Verbo.
- Domenech Gonzalez, A.; Francisco, K. (1982). *Atlas geográfico*. Luanda, República Popular de Angola: Ministério da Educação.
- Ellis, Linda, ed. (2000), *Archaeological method and theory: na encyclopedia*: New York, Garland Pub., p. 705.
- Ervedosa, C. (1980), *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Edições 70.
- Estermann, C. (1983), *Etnografia de Angola (sudoeste e centro): colectânea de artigos publicados*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2 vols.
- Fairclough, Graham; Rippon, Stephen; Bull, David, eds. (2002), *Europe's cultural landscape: archaeologists and the management of change*, Brussels: Europae Archaeologiae Consilium, p. 234.
- Gutierrez, M. (2009), *Art Rupestre en Angola, Arte Rupestre de Angola*: Saint-Maur-des-Fossés, Éd. Sépia.
- Gutierrez, Manuel et al. (2010), Recherches archéologiques à Dungo (Angola). Un site de charognage de baleine de plus d'un million d'années. In: *Afrique: archéologie et arts*, 6, pp. 25-47.
- Howard, Phil (2007), *Archaeological survey and mapping*, Oxon: Routledge ed., p. 300.
- Jorge, V. O. (1974), Breve introdução à Pré-história de Angola. *Revista de Guimarães*: Guimarães, 84, pp. 149-170.

- Martins, C. P. (2011), Território, comunidades tradicionais e arte rupestre da região do Ebo (Angola). *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica (JIA 2011)*. Algarve: Universidade do Algarve, pp. 191-196.
- Martins, C. P.; Oosterbeek, L. (2013), Projecto Ebo (Angola). A investigação arqueológica aliada ao desenvolvimento local sustentável, *In: Rodrigues, V.; Martins, A. C.; Duarte, M. C.; Carvalho, M. O.; Antunes, L. F., Colóquio Internacional Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro* (edição em DVD), pp. 1-9.
- Martins, C. P. (2008), *Arte Rupestre de Angola, um contributo para o seu estudo numa abordagem à Arqueologia do Território*. Tese de Mestrado em “Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre do PT/UTAD (Portugal).
- Oosterbeek, L. (2007), Ordenamento cultural de um território. *In, José Portugal, S. Marques eds., Gestão cultural do território*, Porto: Setepés.
- \_\_\_\_ (2011), Paisagem e identidades na arte rupestre de Angola: Namibe e Ebo. *In, L. Oosterbeek, G. Nash eds., Landscape within rock art*, Tomar: CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 29, pp. 23-33.
- Oosterbeek, L. Reis, M. G. O. (2012), Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. *In: Cadernos de Pesquisa*, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, v. 19, n.º 1, jan./abr., pp. 7-15.
- Oosterbeek, L., Martins, C. P. Domingos, Z. (2012), *Ebo e a Arte Rupestre do Sudoeste de África*, Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 33, p. 139.
- Orton, Clive (2000), *Sampling in Archaeology*, Cambridge: University Press, p. 261.
- Pinto, Pedro Vaz (2008), Biodiversity of Angola. *In, Angola. Cultural and natural heritage*, Barcelona: Laia Libros ed., pp. 27-52.
- Ramos, Miguel (1982), Le paléolithique du sud-ouest de l'Angola – vue d'ensemble. *In, LEBA*, vol. 5, pp. 43-52.
- Santos, G., Reis, M., Oosterbeek, L. (2011), Quilombos e globalização: um estudo arqueológico sobre identidades e mecanismos de adaptação. *In, Cruz, Fernando, org., Questões Socioeconómicas Territoriais*. Maia, AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, pp. 109-124 (ed. CD-Rom).
- Scheunemann, I.; Oosterbeek, L. eds, 2012, *A new paradigm of sustainability: theory and praxis of integrated landscape management*, Rio de Janeiro, IBIO.

